



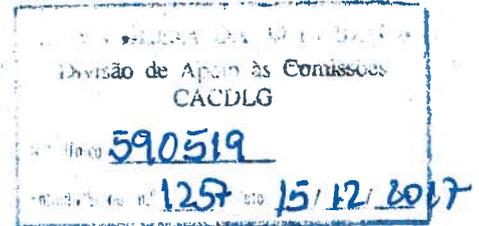
Na reunião do 20 de dezembro de 2017, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS. Deve o tema do requerimento ser tratado como ponto autónomo na audição ordinária a realizar com o ITAI.

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Dr. Bacelar de Vasconcelos

**Requerimento**



Veio ao conhecimento público, através da comunicação social, que o novo diretor do SEF, Carlos Moreira, terá mandado arquivar uma auditoria interna, concluída há um mês, que continha suspeitas de corrupção e concessão de vistos ilegais sem o requisito obrigatório de prova de entrada legal no nosso país.

De acordo com o noticiado, esta auditoria terá sido conduzida ao longo de um ano pelo Gabinete de Inspeção do SEF, que propôs sanções disciplinares a um total de seis funcionários, entre os quais o ex-diretor nacional adjunto Luís Gouveia, tendo sido ainda extraídas duas certidões criminais relativas aos indícios de corrupção de outros funcionários. Em simultâneo, terá ainda sido aberto um processo de averiguações pela Inspeção Geral da Administração Interna (IGAI) do qual nada se sabe.

Distrito de Lisboa  
18-12-2017.



GRUPO PARLAMENTAR

Face aos factos descritos, o Gabinete do MAI emitiu hoje uma nota pública que, ao invés de esclarecer a situação, veio causar ainda mais perplexidade e confusão.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer o seguinte:

1. O envio à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do resultado das conclusões da auditoria acima referida.
2. A audição do Senhor Ministro da Administração Interna na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a fim de ser esclarecida a presente questão.

Palácio de S. Bento, 15 de dezembro de 2017

Os Deputados do PSD,